

Consulta Pública do Plano de Pormenor da Baixa Pombalina



Baixa Pombalina: vista aérea.

1. A BAIXA POMBALINA:

O renascer do centro da Cidade após o terramoto de 1755. Um Património da Humanidade, testemunho de vontade colectiva apoiada numa busca técnica de resistência sísmica do século XVIII.

1.1 O Gesto Urbanístico

A Baixa Pombalina consubstancia o grande gesto urbanístico que fez renascer a cidade, destruída por um cataclismo. Na sua concepção, estão presentes três coordenadas de primeira importância:

- dá continuidade à comunidade urbana, residente e activa, que aí existiu, bem como às actividades centrais de governo;

- integra no seu novo edificado os seus valores, expressando a sua alma e a sua posição no Mundo, que o mesmo é dizer que inova na continuidade cultural;
- cria técnicas construtivas, e aperfeiçoa outras já conhecidas, que proporcionam à cidade a maior resistência possível a eventuais sismos, assegurando-lhe, deste modo, o seu futuro.

1.2. O monumento e a construção resistente aos sismos

Este era já o centro da cidade e a escolha foi recriá-lo no mesmo lugar, dando-lhe a projecção que novos tempos e novas condições de governação exigiam. Daí, a ideia de

uma grande unidade de projecto a assegurar a monumentalidade ao empreendimento e a expressão de uma estrutura forte e bem afirmada da morfologia urbana.

Do ponto de vista do edificado, trata-se duma experiência construtiva exemplar, largamente ancorada nos saberes acumulados nas construções, anteriores, do Convento de Mafra e do Aqueduto das Águas Livres.

1.3. O valor estético e construtivo do conjunto

Por tudo isto, a Baixa Pombalina foi, e continua a ser, uma referência incontornável no panorama urbano internacional, uma unidade de tecido urbano e um objecto patrimonial de alto valor estético e construtivo. E este valor não reside em cada um dos edifícios por si, mas antes é o respectivo conjunto que se constituiu nesse objecto, de uma indelével unidade, feita da diversidade de respostas a necessidades e condicionalismos vários.

1.4. O PPBP valor acrescentado para a Candidatura a P.H.

Tendo presente este enunciado, propomos que o Plano de Pormenor da Baixa Pombalina (PPBP) retome, corajosamente, o dossier de proposta de candidatura da Baixa Pombalina a Património da Humanidade, ideia que, de há muito, vem sendo inexplicadamente adiada. Essa proposta deverá ser feita sob a **forma temática do renascimento de uma cidade que, arrasada por um sismo, procurou e afinou as técnicas que lhe asseguram**

sem a reconstrução e a sobrevivência no futuro. Esta será a originalidade de Lisboa, senhora de um centro que constitui um *study case* de indiscutível interesse histórico e construtivo.

1.5. A adaptação do PPBP

Esta retoma exige, obviamente, compromissos difíceis, porém exequíveis, **mediante a revisão, neste sentido, das normas agora propostas no PPBP:**

- os prédios pombalinos existentes deverão ser integralmente preservados, não só nos aspectos arquitectónicos como na sua estrutura de gaiola, reparando-a, reforçando-a e refazendo-a nos casos em que foi adulterada ou demolida;
- os prédios cujas gaiolas do século XIX perderam de vista a resistência aos sismos, deverão reforçar a sua estrutura aproximando-se das soluções pombalinas e procurando reduzir as volumetrias a R/C e três pisos. Estes prédios deverão ser mantidos e viabilizados porque asseguraram a continuidade do plano inicial, responsável pela unidade hoje existente, que tem de ser respeitada e valorizada;
- qualquer intervenção que venha a ocorrer neste tecido, deverá obedecer ao cartulário pombalino, sob pena de quebra lamentável da unidade do seu plano, que nos é anterior e temos obrigação, e interesse, em respeitar.

2. OUTROS CONTRIBUTOS

2.1. A Frente Ribeirinha da Baixa Pombalina

A reformulação da circulação na Frente Ribeirinha entre Santa Apolónia e Cais do Sodré já realizada deverá ser retomada de modo a não só desencorajar o atravessamento mecânico da Baixa como a libertar essa faixa de contacto privilegiado com o estuário, para o que lembramos a proposta, conhecida, do Arq. Tudella:

- a eliminação da Av. da Ribeira das Naus;
- idêntica capacidade de tráfego à existente actualmente pode ser obtida pela substituição dessa Avenida, pelas Ruas do Arsenal e Alfândega (sentido poente-nascente), e pela Rua do Comércio (sentido nascente-poente) com duas passagens por debaixo das colinas – Campo das Cebolas/Rua do Comércio a nascente e Praça do Município/Corpo Santo a poente.

Deste modo se poderá alcançar a tão desejada ligação dos lisboetas com o seu rio.

Este reencontro com o Tejo deverá ser enriquecido com o desfrute do espaço do Arsenal, onde deverão estar presentes as memórias da Marinha Portuguesa com o seu Arsenal e o restabelecimento da Ribeira das Naus, com o Dique e sua ligação ao rio.

2.2. A Praça do Comércio Porta do Mar

A Baixa Pombalina tem como peça fundadora a Praça do Comércio, porta aberta ao mar, cais de partida e de acolhimento, imagem duma Nação que, nesse século XVIII, procurou reencontrar uma linha de rumo que lhe assegurasse o seu lugar na comunidade internacional. Daí, o seu indiscutível carácter monumental que, a nosso ver, não deverá, em caso algum ser desvirtuado por ocupações e actividades sem qualidade cultural e estética. A dignidade de que se reveste exige o respeito pelo espaço, preenchido por uma força visual que atrai, por si só, os que vêm admirá-lo. Obviamente, há propostas a fazer para a sua vivência – exposições, colóquios, concertos, etc., nos pisos térreos dos edifícios, com algumas actividades de restauração, que algumas já lá estão de há muito. Porém, tudo sensatamente condicionado às exigências do espírito do lugar, demasiado belo e forte para com ele se actuar de modo ligeiro.



Gaiola Pombalina.

2.3. Deslocalizações não, descentralizações

As deslocalizações das actividades centrais a que vimos assistindo são, em nosso entender, uma das causas da desertificação da Baixa. Trata-se duma violenta epidemia urbana que nos parece longe de ser debelada. Pelo contrário, anunciam-se novos ataques à permanência de tais actividades neste espaço e suas imediações. Pensamos que, face às necessidades, reais, de expansão, se deveria optar não pela deslocalização mas sim pela descentralização de serviços pelo conjunto do tecido da cidade, para o que poderá o PPBP não dar alternativas de ocupação a actividades que deverão ser mantidas.

FILIPE MÁRIO LOPES,
Presidente da OPRURB – Associação
Ofícios do Património e da Reabilitação
Urbana